



**Santa Casa
da Misericórdia**

Ao serviço da comunidade

Sobral
de Monte
Agraço

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DO EXERCÍCIO

ANO
2022

Santa Casa da Misericórdia do Sobral de Monte Agraço

Assembleia Geral Ordinária

CONVOCATÓRIA (1/2023)

Nos termos da alínea b), do n.º 2, do Art.º 22º do Compromisso, convoco uma Assembleia Geral Ordinária da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Sobral de Monte Agraço.

Para o bom andamento dos trabalhos, a Assembleia Geral decorrerá nas instalações do edifício sede, sito no Alto dos Fetais, Sobral de Monte Agraço, no dia 17 de abril de 2023, segunda-feira, a partir das 20:00 horas e terá a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto um – Deliberar sobre o relatório de gestão, o balanço e as contas relativos ao exercício de 2022.

Ponto dois – Diversos.

Nos termos do n.1 do artigo 24º do Compromisso, a assembleia efetuar-se-á à hora marcada, se estiver presente mais de metade dos irmãos com direito a voto, ou 30 minutos depois com os irmãos presentes.

Sobral de Monte Agraço, 31 de março de 2023.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral



(Fernando Eduardo da Cunha e Lorena Alves Machado)



**ÓRGÃOS SOCIAIS DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SOBRAL
DE MONTE AGRAÇO, ELEITOS NO DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2021**

QUADRIÊNIO 2022/2025

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL:

Fernando Eduardo da Cunha e Lorena Alves Machado, Presidente

João Manuel Lopes Biencard Cruz, Vice-Presidente

Fernando José dos Prazeres Correia, Secretário

MESA ADMINISTRATIVA:

Luis Carlos Almeida Braga Pinheiro Torres, Provedor

Francisco José Ribeiro Amaral Luízio, Vice-Provedor

Maria Madalena Clímaco Reis Catarino Biencard Cruz, Secretária

Jorge Miguel Maurício Correia, Tesoureiro

Sofia Maria Correia da Silva Meireles Santos, Vogal

Norberto Augusto Seixas, Suplente

Amílcar Leitão da Silva, Suplente

Joaquim Abel Amado Miranda, Suplente

DEFINITÓRIO OU CONSELHO FISCAL:

Francisco José Machado Nogueira, Presidente

Joana Botelho Correia, Vice-Presidente

António Manuel Teixeira Figueiredo, Secretário

Maria Emília Ferreira Lima, Suplente

Susana Maria Santos Correia Marques Bernardes, Suplente

Maria do Rosário Rijo Lourenço Marques, Suplente



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO** (a Instituição), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 2.771.693 euros e um total de fundos patrimoniais de 1.559.448 euros, incluindo um resultado líquido 1.107 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO** em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa, relativos ao período findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Instituição;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Instituição descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividade com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Instituição, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 13 de março de 2023

Carrilho & Associados, SROC, LDA

(SROC n.º 349 e registada na CMVM com o n.º 20220015)

Representada por,



Rui Alexandre dos Santos Sá Carrilho

ROC n.º 1558 e registado na CMVM com o n.º 20161168



PARECER DO CONSELHO FISCAL

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

Para cumprimento das obrigações legais e do Compromisso da Irmandade, designadamente quanto ao seu artigo 31º, o Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia de Sobral de Monte Agraço, CRL, vem apresentar a V. Exas o seu parecer.

NOTA PRÉVIA

Os anos de 2020 e 2021 ficaram marcados pela pandemia do SARS-CoV-2, vírus que provoca a doença designada de COVI-19.

O ano de 2022, fica marcado pelo regresso da guerra à Europa. A invasão da Ucrânia pela Rússia, veio trazer o receio dum conflito mais generalizado no continente Europeu. Além disso os custos de energia atingiram valores nunca antes vistos, provocando um aumento generalizado dos preços dos bens.

ÂMBITO

Apreciámos o relatório de gestão, elaborado pela Mesa Administrativa, que destaca o impacto da guerra na Ucrânia, bem como as medidas tomadas pela Mesa Administrativa, nomeadamente com o projeto de eficiência energética e campanha de reforço da marca.

Analisámos as contas, expressas nas demonstrações financeiras – Balanço, Demonstração de Resultados e respectivo anexo, elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilístico para as Entidades do Sector Não Lucrativo (SNC-ESNL).

Desta análise destacamos os seguintes pontos:

- Um crescimento acentuado nas principais rúbricas de gastos, que não foi acompanhado pelas respetivas receitas, quanto aos apoios do Estado diz respeito. Os principais gastos apresentam um crescimento de 5,5%, enquanto os apoios sociais ficaram-se por metade;



- Entendemos relevante uma análise à estrutura de gastos da Casa, que possam ser objeto de contenção;
- Em termos financeiros, verifica-se um aumento do ativo não corrente, fruto dos investimentos efetuados – projeto de eficiência energética e a renovação da frota automóvel, e uma redução das disponibilidades. A Casa mantém um interessante equilíbrio financeiro que se traduz numa autonomia financeira de 56%.

Apreciamos a Certificação Legal de Contas, emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas *Carrilho & Associados, SROC, SA*, que não apresenta qualquer referência adversa às contas, traduzidas nas Demonstrações Financeiras.

Analisámos também a proposta de aplicação de resultados que se traduz num reforço dos capitais próprios da Instituição.

Assim, o Conselho Fiscal no uso dos poderes que lhe foram conferidos, vem emitir e submeter à Assembleia-Geral o seguinte parecer:

PARECER

- 1º. Que a Assembleia Geral aprove o Relatório, Balanço e restantes Contas apresentadas pela Mesa Administrativa, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022;
- 2º. Que a Assembleia Geral aprove a proposta de aplicação de resultados.

Sobral de Monte Agraço, 12 de Abril de 2023

O CONSELHO FISCAL

Francisco José Machado Nogueira

Francisco José Machado Nogueira (Presidente)

Joana Botelho Correia

Joana Botelho Correia (Vice-Presidente)



Antonio Manuel Teixeira de Figueiredo

Antonio Manuel Teixeira Figueiredo (Secretário)

Maria Emília Ferreira Lima

Maria Emília Ferreira Lima (1º Suplente)

Susana Maria Santos Correia Marques Bernardes

Susana Maria Santos Correia Marques Bernardes (2º Suplente)

Maria do Rosário Rijo Lourenço Marques (3º Suplente)

Maria do Rosário Rijo Lourenço Marques



L. M. S.
S

Sofia Santos

Alto
dos
Fetais

Relatório de Gestão 2022

1. Nota Prévia

Este relatório é elaborado pela Mesa Administrativa que tomou posse em 31 de Janeiro de 2022 para assunção de funções no quadriénio 2022-2025.

2. Introdução

Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, nomeadamente a alínea e) do artigo 27º do Compromisso, a Mesa Administrativa elaborou o relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2022, que vem submeter à apreciação e votação da Assembleia Geral, nos termos da alínea c) do artigo 21º do mesmo Compromisso

3. Enquadramento Geral

Saídos de uma pandemia, em Fevereiro inicia-se a guerra na Ucrânia e com ela, mais além do drama humano, toda uma série de consequências económicas, donde as mais nefastas a inflação (IPC=7,8%) e o aumento do custo do dinheiro.

4. Actividade da Casa

O enquadramento geral acima mencionado teve um impacto muito grande, sobretudo nos primeiros meses, onde foi evidente um aumento de preços generalizado, sobretudo nos bens alimentares e na energia.

A imediata e direta repercussão destes aumentos nos preços de venda não é, na nossa atividade, evidente; esse ajustamento é lento e por isso tendente a agravar o desequilíbrio entre receitas e gastos. É assim nosso dever encontrar formas de contornar e minimizar esse problema.

Por exemplo é a implementação bem-sucedida do [projeto de eficiência energética](#) que conduzirá, conduz já aliás, a poupanças importantes.

A [renovação da frota automóvel](#) é outro exemplo, este ano assinalada com a obtenção de um subsídio de € 27.500 (€ 25.000 via PRR + € 2.500 via CM) para a aquisição de uma viatura elétrica para o Serviço de Apoio Domiciliário.

A nossa frota percorreu em 2022, 75.667 Km.

No [património imobiliário](#), assinala-se também a venda dos dois últimos imóveis à data em carteira, proporcionando uma maior valia de € 17.116.

Começamos este ano a desenhar a [campanha de “reforço de marca”](#) visando o aumento das contribuições da sociedade civil do concelho do Sobral e não só. De facto, constatámos que os donativos de particulares e empresas são historicamente muito incipientes. Não nos podemos conformar com essa realidade e precisamos, dando-nos a conhecer e explicando 1º. o que fazemos 2º. as nossas necessidades,



LIT
f
Sofia Santos

Miki
just

gerar assim a necessária empatia geradora da vontade de ajudar e assim contribuir para o tesouro que é ter uma Santa Casa da Misericórdia no nosso concelho. Trata-se de um projeto com ações a 3 anos e cujos primeiros resultados esperamos já sentir em 2023.

Porque entendemos que o exemplo dessa vontade de mais contribuir tem de começar “dentro de portas” propusemos e fizemos aprovar em AG da Irmandade o **aumento das quotas anuais** de € 12 para € 60. Somos a 31/12/22, 145 Irmãos.

Também em AG, foi aprovada a **alteração dos Estatutos** (Compromisso) na sequência de iniciativa do ISS, processo em que fomos devidamente assessorados pela União das Misericórdias Portuguesas (UMP)

A **Segurança das Instalações e Pessoas** mereceu a devida atenção.

1. promovemos ações de formação em combate a incêndios transversais a toda a equipa.
2. instalámos sistemas de vídeo vigilância e alarmes para proteger as instalações e funcionários (principalmente os afetos a serviços noturnos).
3. procurámos e implementámos soluções tecnológicas (localizadores) para prevenir situações de saídas inopinadas de residentes.

A UMP, promoveu **auditoria de Follow up** à realizada em 2016/2017 visando a atualização de procedimentos e de medidas de gestão.

Houve particular enfoque 1º. nos Recursos Humanos (obrigações legais v realidade no terreno), 2º. na relação com os clientes (contratos de prestação de serviços e aplicação de normativos) e 3º. aspetos económico-financeiros (análise de desempenho e medidas corretivas).

Constatou-se que parte significativa das recomendações de então tinha sido implementada tendo, porém, sido assinaladas outras medidas de correção e melhoria, quase todas já acolhidas e se não já nesta data implementadas, já em curso avançado de implementação.

As **instalações da vila, dito Lar de Grandes Dependentes (LGD)**, foram alvo de melhorias; A vetusta idade do edificado, por um lado e a incerteza quanto ao futuro do projeto de ampliação, por outro, desaconselham investimentos de fundo. Porém, ainda assim foram investidos € 10.000 quer no interior quer no exterior.

O **projeto de Ampliação do Lar Nossa Senhora da Vida (NSV)**, visando regularizar a nossa mais grave lacuna – sobrelotação legal (**não funcional**) - não deu neste ano, admita-se, passos contundentes, ou pelo menos “vistosos” ...

Mas avançou-se o possível dentro dos constrangimentos da (dura) realidade: limitação financeira versus magnitude do investimento.

Pós indeferimento da candidatura PARES 3.0 no final de 2022 dedicou-se o ano à procura de soluções alternativas. Primeiro na seleção de parceiro capaz para projeto de arquitetura e montagem de candidatura a novo fundo (PRR em 2023?) – a empresa GALBILEC, com provas dadas na matéria. E depois, e mais importante, na definição de uma estratégia de resolução *física* do problema; que por muitas voltas dadas cai-se sempre na inevitabilidade de numa 1º fase demolir a parte antiga construindo novo edifício com 1 (um) piso e numa 2ª fase (haja dinheiro e PDM o permita) concluir o 2 (segundo) piso, o atual dito sótão. A 1º fase permitirá regularizar a capacidade de 80 residentes e a 2ª fase até 100.



LAF
Sofia Santos

Residente + Família	2 018	2 019	2 020	2 021	2 022	18 a 22
Média Lar	€ 568	€ 605	€ 618	€ 650	€ 656	3,7%
Média LGD	€ 448	€ 446	€ 433	€ 488	€ 610	8,0%
Média CD	€ 226	€ 248	€ 90	€ 89	€ 192	-4,0%
Média AD	€ 150	€ 153	€ 116	€ 111	€ 119	-5,6%
Média Ex. Acordo	€ 1 026	€ 1 092	€ 1 175	€ 1 170	€ 1 237	4,8%

Niter
pista

Apoios públicos: ISS, IEFP, IAPMEI e CM

Ter em atenção que o crescimento global “modesto” de 2,7% se deve a menos 60% de apoios ao emprego de 2021 para 2022; porque de facto no indicador mais importante – o ISS – o crescimento é 9,5%.

Interessante ainda verificar que os Apoios Públicos ficam abaixo dos 40%, quer ponto de vista de Receitas ou Gastos. Quer dizer, 60% do financiamento da atividade é particular.

Em *Particulares, Empresas, Instituições* grande parte do valor respeita a donativos em espécie (€42.000 em 22 e € 45.000 em 21) onde mais pesam o Banco Alimentar e Cadeias de Distribuição mas com contrapartida nos Gastos em Alimentação e por isso com nula influência no Resultado.

As RECEITAS cresceram 2,4% o que não sendo espetacular não deixa de ser positivo; só não foi maior porque em 2021 houve uma contribuição muito importante das maiores valias na alienação de património (€ 70.563); que se repetiram em 2022, mas num valor bem menor (€ 17.106).

A *Alimentação* significa toda a compra de géneros alimentares; depois de anos de controlo e contenção, este ano, não foi possível evitar o seu aumento em 12,2%; nem nós, nem ninguém, como é público. Para memória, servimos quase 145.000 refeições.

Pese embora a inflação conseguimos controlar muito bem os custos a aquisição de bens e serviços, menos de 1% de aumento; nesta conta de *Fornecimentos e Serviços Terceiros* estão rúbricas pesadas como energia, combustíveis para aquecimento, frota, conservação e reparação nos imóveis e equipamentos, produtos de higiene e limpeza.

O número acima é descontado de todos os gastos relativos à compra de horas de prestação de serviços; por exemplo os das áreas técnicas de saúde (medicina, enfermagem, fisioterapia, etc.). Em contrapartida adicionamo-los à conta *Pessoal* e desta forma temos uma ideia exata do custo dos RH (do quadro ou não) na atividade.

Então vistos como um todo, os gastos com *Pessoal* cresceram 6,5%. É um número expressivo, mas inevitável, se quisermos mesmo **1º. formar equipa estável e de qualidade 2º. Operar em ambiente social cortês e tranquilo 3º. fornecer um serviço de qualidade e diferenciador.**

Convém todos saibam que compramos serviços não obrigatórios de prestar por lei, mas fundamentais ao bem-estar dos residentes, tais como: fisioterapia, psicologia, neurologia, nutricionismo. Convém também saibam que não faturamos esses serviços.



L11
JZ

Sofia Santos

Já no final do ano foi decidida a entrada nos quadros de uma **profissional Nutricionista**, até então cumprindo um estágio. Trata-se de uma decisão muito importante pois vai acrescentar muito valor ao serviço prestado aos nossos residentes e funcionários numa área muito sensível como é a da alimentação; além disso há um aspecto de gestão de recursos permitindo otimizar quantidades, diminuir desperdícios e alocar com mais eficiência os profissionais da Cozinha e Dispensa.

Alto
dos
Fetais

Última referência para a sempre critica **gestão dos Recursos Humanos**.

É muito difícil formar equipa capaz com as condicionantes da escassez da oferta (sobretudo qualificada para a nossa missão de *cuidar*) e das limitações financeiras que se traduzem na impossibilidade de remunerar de acordo com o real valor das funções. Ainda assim e se analisarmos historicamente, paulatinamente temos vindo a conseguir formar essa equipa capaz e na medida do possível remunerar dignamente (do que são exemplos uma política salarial expansiva e quando o resultado o permite redistribuir o excesso de exploração pelos funcionários sobre a forma de prémios sujeitos a avaliação de desempenho).

5. Aspetos Económico-Financeiros

Este quadro organiza a Demonstração de Resultados não na ótica do Plano Oficial de Contabilidade (POC) mas antes adaptada a uma análise mais personalizada e por isso também mais compreensível.

DR	2022	2021	
RECEITAS	€ 1 813 714	€ 1 771 781	2,4%
Prestação Serviços	€ 948 871	€ 874 572	8,5%
Apoios Públicos	€ 707 270	€ 688 569	2,7%
Particulares, Empresas, Instituições	€ 72 273	€ 72 936	-0,9%
Outros Rendimentos	€ 85 300	€ 135 704	-37,1%
GASTOS	€ 1 812 607	€ 1 754 026	3,3%
Alimentação (só géneros)	€ 204 416	€ 182 239	12,2%
Fornecimentos e Serviços Externos	€ 346 186	€ 343 916	0,7%
Pessoal	€ 1 126 915	€ 1 058 183	6,5%
Outros Gastos	€ 6 695	€ 26 882	-75,1%
Juros	€ 15 128	€ 20 719	-27,0%
Amortizações	€ 113 267	€ 122 087	-7,2%
RESULTADO	€ 1 107	€ 17 755	

Prestação de Serviços são exclusivamente receitas de serviços faturados a terceiros; é um resultado que depende de nós e por isso reflete o nosso desempenho; 8,5% de crescimento deriva do aumento médio das mensalidades, conforme abaixo:



21/11
[Signature]

Sofia Santos

[Handwritten signature]

Mais um exemplo: na legislação não é exigido um profissional de Medicina Interna, mas apenas que as Instituições possibilitem o acesso a cuidados médicos. Supõe-se, à estrutura de saúde local, os Centros. Obviamente, a realidade contradiz a viabilidade de tal procedimento, levando a que assumamos nós os custos de adquirir estes serviços médicos para que os nossos residentes não fiquem irremediavelmente prejudicados.

O custo médio ponderado de um residente em vaga com acordo foi € 1.253; este custo médio ponderado se consideradas as vagas extra acordo sobe para € 1.362. A explicação reside no elevado custo destas vagas pelo facto de estarmos limitados na sua ocupação e longe das 24, tidas como ótimas; em 2022 foram em média 16.

Em 31.12.2022 o total do Passivo Bancário é € 785.703, uma redução de € 107.656 face ao ano anterior; apesar de um esforço na sua redução traduzido numa diminuição de € 385.272 desde o 1º mandato desta Mesa em 2018, ainda é muitíssimo penalizante, sobretudo financeiramente conforme o demonstra o quadro abaixo:

SERVIÇO DA DIVIDA	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
amortizações capital	114 853 €	118 679 €	107 450 €	94 604 €	101 979 €	52 684 €	47 736 €	107 656 €
juros	29 401 €	27 808 €	31 840 €	32 551 €	27 287 €	27 580 €	20 719 €	15 128 €
Total Anual	144 254 €	146 487 €	139 290 €	127 155 €	129 266 €	80 264 €	68 455 €	122 784 €
mês	12 021 €	12 207 €	11 608 €	10 596 €	10 772 €	6 689 €	5 705 €	10 232 €

Desde o início do nosso mandato em 2018, alocámos mais de meio milhão de euros ao pagamento do serviço da dívida.

E é previsível que este “dreno” se agrave, agora que a EURIBOR a 6 meses deixou de ser negativa; urge uma solução radical para a sua diminuição drástica. A exploração da oportunidade da alienação em condições favoráveis da Praça de Touros continuou em 2022 e vai continuar em 2023. Caso essa oportunidade se apresente a Irmandade em sede de AG será chamada a pronunciar-se.

Investimos em 2022 quase € 240.000, onde 75% corresponde ao Projeto de Eficiência Energética; mas, recorde-se, obtivemos subsídio (ainda não recebido) de € 54.034, com possibilidade de extensão até € 63.532. Também, como acima referido, a “lavagem de cara” do LGD importou num investimento de € 10.000.

E finalmente a Tesouraria: apesar de se ter degradado em € 128.000 ao longo de 2022, o saldo final de € 230.000 é suficientemente robusto não só para fazer face ao dia a dia mas ainda deixar margem para futuras operações de investimento.

6. Proposta de Aplicação de Resultados

O exercício de 2022 apresenta um resultado líquido positivo de € 1.106,60 (mil cento e seis euros e sessenta cêntimos), o qual se propõe seja integralmente transferido para a conta de resultados transitados.



Cabe reforçar que o resultado acima é já descontado do prémio de € 14.000 (mais encargos sociais) decido para redistribuição pela nossa Equipa.

7. Conclusão

Absorvida a surpresa de um contexto exógeno muito penalizante, soubemos adaptarmo-nos e o ano passou-se sem sobressaltos de maior se descontarmos o facto de que gerir uma Instituição como a nossa ser em si e por definição um sobressalto.

Resumindo, somos hoje em dia uma organização madura com regras claras e práticas de gestão corretas e adaptadas aos tempos que correm.

Agradecemos a todos os parceiros de atividade que nos acompanharam em mais esta jornada: os residentes e suas famílias, os fornecedores e prestadores, os voluntários, o Instituto de Segurança Social, o IEFP, a Câmara Municipal, os benfeitores, a União das Misericórdias Portuguesas e acima de tudo os nossos funcionários, pelo seu compromisso e espírito de missão.

A Mesa Administrativa

Luis Carlos Almeida Braga Pinheiro Torres

Luis Carlos Almeida Braga Pinheiro Torres, provedor

Francisco José Ribeiro Amaral Luízio

Francisco José Ribeiro Amaral Luízio, vice-provedor

Jorge Miguel Mauricio Correia

Jorge Miguel Mauricio Correia, tesoureiro

Maria Madalena Clímaco Reis Catarino Biencard Cruz

Maria Madalena Clímaco Reis Catarino Biencard Cruz, secretária-geral

Sofia Maria Correia da Silva Meireles Santos

Sofia Maria Correia da Silva Meireles Santos, vogal

Santa Casa da Misericórdia de Sobral de Monte Agraço

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2022	31-12-2021
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	2 334 933,85	2 213 985,34
Bens do património histórico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		16 604,31	19 783,22
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		2 351 538,16	2 233 768,56
Ativo corrente			
Inventários	6	28 703,84	20 235,81
Créditos a receber	7	80 298,79	74 690,44
Estado e outros Entes Públicos	13	6 353,48	3 924,66
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos	8	4 862,46	4 644,26
Outros ativos correntes	9	72 510,24	68 616,38
Caixa e depósitos bancários	4	227 425,91	357 709,31
		420 154,72	529 820,86
Total do Ativo		2 771 692,88	2 763 589,42
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	10	148 922,83	148 922,83
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	10	1 074 003,46	1 056 247,01
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	15	335 414,68	310 465,55
Resultado líquido do período		1 106,60	17 756,45
Total dos fundos patrimoniais		1 559 447,57	1 533 391,84
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	11	621 370,15	785 760,11
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		621 370,15	785 760,11
Passivo corrente			
Fornecedores	12	103 773,84	78 674,37
Estado e outros Entes Públicos	13	23 923,93	20 304,21
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	11	164 332,92	107 598,58
Diferimentos		45 368,58	0,00
Outros passivos correntes	12	253 475,89	237 860,31
		590 875,16	444 437,47
Total do passivo		1 212 245,31	1 230 197,58
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2 771 692,88	2 763 589,42

A Mesa Administrativa

Contabilista Certificado

*L... b... A... B... P... T...
 [Handwritten signature]*

*Sofia Feirely Santos
 [Handwritten signature]*

*Isabel C. Santos
 CC n.º 59753*

Santa Casa da Misericórdia de Sobral de Monte Agraço

Contribuinte: 501091718

Moeda: EUR

Demonstração de Fluxos de Caixa

RUBRICAS	NOTAS	31-12-2022	31-12-2021
Fluxos de caixa de actividades operacionais - Método directo			
Recebimentos de Clientes		1 050 773,46	975 971,24
Pagamentos a Fornecedores		-560 797,53	-481 881,26
Pagamentos ao Pessoal		-674 532,43	-644 337,75
Caixa geradas pelas operações		-184 556,50	-150 247,77
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à actividade operaciona		335 051,88	290 062,90
Fluxos das actividades operacionais (1)		150 495,38	139 815,13
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-200 713,34	-19 497,42
Activos Intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros Activos		-4 782,24	-319,80
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		27 500,00	127 627,00
Activos Intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros Activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		20 000,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	76,04
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos das actividades de investimento (2)		-157 995,58	107 885,82
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos obtidos		0,00	500 000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-107 655,62	-546 436,41
Juros e gastos similares		-15 127,58	-20 718,83
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de actividades de financiamento (3)		-122 783,20	-67 155,24
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-130 283,40	180 545,71
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período (01/01/N)		357 709,31	177 163,60
Caixa e seus equivalentes no fim do período		227 425,91	357 709,31

A Mesa Administrativa

Contabilista Certificado

Luís António da Silva
 Sofia Heneles Santos

[Handwritten signature]

Marta C. Silva
 CC n.º 59753

